

## INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA Nº 28/2025

**TEOR DA SOLICITAÇÃO:** Informações acerca da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do (a) PROJETO DE LEI Nº 2.428/2019, em atendimento ao disposto na Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação nº 1/2015.

**SOLICITANTE:** COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**AUTOR:** Otávio Goulart Minatto  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Área Agricultura,  
Desenvolvimento Agrário, Pesca, Turismo, Integração, Desenvolvimento Regional  
Meio Ambiente, Cidades, Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio

## 1. SÍNTESE DA MATÉRIA

---

O projeto em análise, de autoria do Senador ROBERTO ROCHA, altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para modificar as faixas de consumo e os percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Ao projeto principal foram apensadas 32 proposições, quais sejam:

1. PL nº 3.245/2008, de autoria da Comissão de Legislação Participativa, que acrescenta artigo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências; bem como seus apensos:
2. PL nº 3.847/2008, de autoria do Deputado Acélio Casagrande, que isenta as famílias de portadores de necessidades especiais do pagamento das tarifas de energia elétrica, água e esgoto; bem como seus apensos:
3. PL nº 644/2011, de autoria do Deputado José Chaves, que isenta as famílias de pessoas portadoras de necessidades especiais do pagamento das tarifas de energia elétrica, água e esgoto, e dá outras providências; bem como seu apenso:
4. PL nº 2.265/2023, de autoria da Deputada Detinha, que isenta as famílias em vulnerabilidade socioeconômica de pessoas portadoras de necessidades especiais do pagamento das tarifas de energia elétrica, água e esgoto, e dá outras providências.
5. PL nº 8.734/2017, de autoria do Deputado Eros Biondini, que institui desconto nas tarifas de energia elétrica aplicadas à unidade consumidora classificada na classe residencial em que resida pessoa portadora de doença ou patologia cujo tratamento exija o uso continuado de aparelhos ou equipamentos que consomem energia elétrica; bem como seus apensos:
6. PL nº 4.649/2020, de autoria dos Deputados Coronel Armando e outros, que dispõe sobre o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica –

- TSEE para famílias que tenham entre seus membros portador de doença ou patologia cujo tratamento requeira consumo de energia elétrica de forma continuada.
7. PL nº 4.956/2020, de autoria da Deputada Rose Modesto, que dispõe sobre subsídio destinado ao pagamento de consumo de energia elétrica para pacientes eletrodependentes.
  8. PL nº 5.127/2020, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, que altera as leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 12.858, de 9 de setembro de 2013, para estabelecer o desconto na tarifa de energia elétrica nas unidades consumidoras residenciais nas quais habite paciente incluído em assistência de atenção ou internação domiciliar, que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos consumidores de energia elétrica, e dá outras providências; bem como seu apenso:
  9. PL nº 2.577/2024, de autoria do Deputado Jilmar Tatto, que altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para conceder desconto de 100% (cem por cento) para as tarifas de energia elétrica dos consumidores de baixa renda cuja família tenha entre seus membros portador de doença ou patologia que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.
  10. PL nº 3.302/2021, de autoria do Deputado Alexandre Frota, que as concessionárias ou empresas que fornecem energia elétrica aos consumidores ficam obrigadas a conceder desconto aos consumidores que tenham Unidade de Tratamento Médico em seu domicílio.
  11. PL nº 189/2023, de autoria do Deputado Celso Sabino, que altera a redação da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para assegurar a inscrição da unidade consumidora onde resida pessoa com Transtorno do Espectro Autista como beneficiária da tarifa social de energia elétrica; bem como seu apenso:
  12. PL nº 567/2024, de autoria da Deputada Mariana Carvalho, que altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para dispor sobre desconto na conta de energia elétrica para família inscrita no CadÚnico que tenha entre seus membros pessoa com o Transtorno Espectro Autista (TEA).

13. PL nº 721/2019, de autoria da Deputada Rejane Dias, que altera a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 isentando da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, incidentes sobre a receita bruta do fornecimento de energia elétrica das unidades residenciais que, comprovadamente, abrigam pessoas com deficiência.
14. PL nº 4.840/2009, de autoria do Deputado Dimas Ramalho, que institui critérios para enquadramento do consumidor de baixa renda de energia elétrica; bem como seus apensos:
15. PL nº 3.419/2012, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, que estabelece a inscrição automática dos beneficiários do Programa Bolsa Família na Tarifa Social de Energia Elétrica; bem como seus apensos:
16. PL nº 2.338/2015, de autoria do Deputado Vitor Valim, que acrescenta artigo à Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 que dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e dá outras providências para vedar a cobrança da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública das unidades residenciais de beneficiários do Programa sociais de baixa renda; bem como seus apensos:
17. PL nº 2.375/2015, de autoria do Deputado Marcos Rotta, que dispõe sobre a isenção da contribuição de iluminação pública aos contribuintes vinculados às unidades consumidoras enquadradas na Subclasse Residencial Baixa Renda; bem como seu apenso.
18. PL nº 8.409/2017, de autoria do Deputado Adail Carneiro, que dispõe sobre a isenção de pagamento de iluminação pública aos contribuintes enquadrados como consumidores de baixa renda na Subclasse Residencial.
19. PL nº 1.237/2020, de autoria do Deputado Alexandre Frota, que dispõe sobre a Isenção do pagamento da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - CCIP, aos idosos e aposentados com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos de idade e dá outras providências.

20. PL nº 93/2022, de autoria do Deputado Pedro Augusto Bezerra, que dispõe sobre a isenção de contribuição de iluminação pública e esgoto; e inclui os consumidores beneficiários de Programas Habitacionais ao programa de Tarifa Social de Energia Elétrica.
21. PL nº 4.044/2019, de autoria do Deputado Aureo Ribeiro, que altera o inciso I do art. 2º da Lei n. 12.212, 20 de janeiro de 2010, para modificar o critério de acesso das famílias à Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei n. 10.438, 26 de abril de 2002.
22. PL nº 290/2021, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, que determina a inscrição automática das famílias inscritas no CadÚnico e beneficiárias do BPC ao benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica, disposto pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010; bem como seu apenso:
23. PL nº 562/2022, de autoria do Deputado Alexandre Frota, que obriga a empresas concessionárias de fornecimento de energia elétrica no país a praticar a tarifa social de energia elétrica independentemente de solicitação do consumidor e dá outras providências.
24. PL nº 4.285/2023, de autoria do Deputado Acácio Favacho, que "Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nos 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências".
25. PL nº 5.245/2019, de autoria do Deputado Camilo Capiberibe, que altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.
26. PL nº 5.584/2016, de autoria do Deputado Sergio Vidigal, que dispõe sobre a Tarifa Social de energia elétrica, água e esgoto para moradores situados em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).
27. PL nº 5.918/2019, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, que dispõe sobre modificações das faixas de consumo e dos percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.

28. PL nº 5.311/2020, de autoria do Deputado Luis Tibé, que atualiza os limites das parcelas do consumo da Tarifa Social de Energia Elétrica.
29. PL nº 1.178/2022, de autoria do Deputado Eduardo Bismarck, que altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para elevar os descontos concedidos nas tarifas de energia elétrica para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda; bem como seus anexos:
30. PL nº 1.346/2023, de autoria do Deputado Fausto Santos Jr., que altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.
31. PL nº 2.655/2023, de autoria do Deputado Silas Câmara, que dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.438, de 26 de abril de 2002, e 12.212, de 20 de janeiro de 2010; e dá outras providências.
32. PL nº 3.901/2024, de autoria da Deputada Carla Ayres, que altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para instituir novos limites para as faixas de consumo da Tarifa Social de Energia Elétrica.

## **2. ANÁLISE**

---

### **2.1. ANÁLISE DO PROJETO PRINCIPAL**

Da análise do projeto, observa-se que a matéria nele tratada não tem repercussão direta no Orçamento da União. Isto porque os custos da Tarifa Social de Energia são cobertos pela Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)<sup>1</sup>, arcados pelo o que é conhecido na prática como “subsídio cruzado”.

Ou seja, o dispêndio advindo de modificações nas faixas de consumo e nos percentuais de desconto aplicados é suportado por particulares dentro do próprio sistema tarifário, sem acarretar aumento de despesa ou diminuição de receita direta e inescapável para o Poder Público.

---

<sup>1</sup>Maiores informações em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/tarifa-social-saiba-como-funciona-e-quem-pode-pedir-desconto>.

## 2.2. ANÁLISE DOS PROJETOS APENSADOS

a) Os PL nº 8.734/2017, PL nº 5.245/2019, PL nº 5.918/2019, PL nº 2.577/2020, PL nº 4.649/2020, PL nº 4.956/2020, PL nº 5.127/2020, PL nº 5.311/2020, PL nº 3.302/2021, PL nº 1.178/2022, PL nº 189/2023, PL nº 1.346/2023, PL nº 2.655/2023, PL nº 567/2024 e PL nº 3.901/2024, assim como o Projeto Principal, tratam de modificações nas faixas de consumo e nos percentuais de desconto aplicados à Tarifa Social de Energia, sem nenhuma implicação no Orçamento da União;

b) Os PL nº 4.840/2009, PL nº 3.419/2012, PL nº 4.044/2019, PL nº 290/2021, PL nº 562/2022, PL nº 4.285/2023, bem como o Substitutivo apresentado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, tratam de questões meramente normativas envolvendo a Tarifa Social de Energia, sem, também, resultar em qualquer implicação no Orçamento da União;

c) Os PL nº 3245/2008, PL nº 3847/2008, PL nº 644/2011, PL nº 5.584/2016 e PL nº 2.265/2023 criam tarifas sociais para determinados setores e repassam o custo dessas tarifas para a União. Esses gastos se enquadram na condição de despesas obrigatórias de caráter continuado conforme definido no art. 17<sup>2</sup> da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tanto a LRF quanto o art. 113 do ADCT determinam que a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. Tais estimativas não foram apresentadas por esses projetos de lei, razão pela qual são considerados inadequados;

d) O PL nº 721/2019 trata de isenção de COFINS, enquanto os PL nº 2.338/2015, PL nº 2.375/2015, PL nº 8.409/2017, PL nº 1.237/2020 e PL nº 93/2022 tratam de isenção de COSIP para determinados parcelas da sociedade. O art. 14<sup>3</sup> da LRF estipula condições a para a concessão ou

---

<sup>2</sup>Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

<sup>3</sup>Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Não se observa em nenhum dos projetos de lei o cumprimento dos requisitos legais, razão pela qual forçoso reconhecer que a matéria não se mostra adequada e compatível sob a ótica orçamentária e financeira. Ademais a COSIP é tributo de competência dos Municípios e do Distrito Federal<sup>4</sup> e o Art. 151, III, da CF, veda à União instituir isenções heterônomas, isto é, em relação a tributos de outros entes.

### 3. RESUMO

---

O PL nº 2.428/2019 contempla matéria de caráter essencialmente normativo. Em face do exposto, não há implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária.

Também contemplam matéria de caráter essencialmente normativo os apensados: PL nº 8.734/2017, PL nº 5.245/2019, PL nº 5.918/2019, PL nº 2.577/2020, PL nº 4.649/2020, PL nº 4.956/2020, PL nº 5.127/2020, PL nº 5.311/2020, PL nº 3.302/2021, PL nº 1.178/2022, PL nº 189/2023, PL nº 1.346/2023, PL nº 2.655/2023, PL nº 567/2024, PL nº 3.901/2024, PL nº 4.840/2009, PL nº 3.419/2012, PL nº 4.044/2019, PL nº 290/2021, PL nº 562/2022 e PL nº 4.285/2023.

Os PL nº 3245/2008, PL nº 3847/2008, PL nº 644/2011, PL nº 5.584/2016 e PL nº 2.265/2023, em apenso, criam despesas obrigatórias de caráter continuado sem estarem acompanhados da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. Tais estimativas não foram apresentadas por esses projetos de lei, razão pela qual são considerados inadequados.

---

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

<sup>4</sup>CF, Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, observado o disposto no art. 150, I e III.



Finalmente, os PL nº 721/2019, PL nº 2.338/2015, PL nº 2.375/2015, PL nº 8.409/2017, PL nº 1.237/2020 e PL nº 93/2022, em apenso, tratam de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Por não se observar em nenhum dos projetos o cumprimento dos requisitos legais, forçoso reconhecer que a matéria não se mostra adequada e compatível sob a ótica orçamentária e financeira

Brasília-DF, 1 de abril de 2025.

OTÁVIO GOULART MINATTO  
CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA